

Estado de São Paulo





PREÂMBULO
EDITAL COMUL Nº 36/2018
PROCESSO N° 3051/2018
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 04/2018

PREÂMBULO

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA, sita à Rua Pietro Maschietto, n°. 125 - Centro, telefone- fax n°. (0XX18) 3375-9090 através do Prefeito Municipal e da Comissão Municipal de Licitação, nomeada pela Portaria n° 003/2018 de 12/01/2018, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade de Concorrência Pública, do tipo maior preço, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal n°. 8666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de Concorrência, objetivando exploração do "Boxe – Cantina do Terminal Rodoviário" (destinado à comercialização de produtos gastronômicos) situado na Rua Engenheiro Mário Stefani, n° 751, na cidade de Pedrinhas Paulista. As características do imóvel estão descritas no Anexo I - Memorial Descritivo, com recebimento dos envelopes contendo n°. I – Habilitação (Documentação) e n°. II – Proposta Comercial, nos dias úteis e no horário de expediente (9h00min às 15h30min) e até as 10h00min do dia 12 de novembro de 2018. O tipo de licitação adotado neste certamente é o de "MAIOR LANCE", o qual será ofertado em forma de "Adesão", que deverá ser de no mínimo: R\$ 300,00 (trezentos reais)

I - DO OBJETO

1. Constitui objeto desta "CONCORRÊNCIA PÚBLICA", a exploração de 01 (um) Boxe para uso comercial, denominado "Boxe – Cantina do Terminal Rodoviário" (destinado à comercialização de produtos gastronômicos) situado na Rua Engenheiro Mário Stefani, nº 751, na cidade de Pedrinhas Paulista, conforme especificações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo.

II - DO SUPORTE LEGAL

2. Esta Concorrência Pública é regulada pela Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n. 8.883/94, de 08 de Junho de 1994, pela Lei n. 9.032/95, de 28 de Julho de 1995, pela Lei n. 9.648/98, de 27 de Maio de 1998 e pela Lei n. 9.854/99, de 27 de Outubro de 1999, Portaria nº 003/2018 de 12/01/2018, Lei Municipal n.919 de 04 de novembro de 2011, bem como pelas demais legislações de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

III - DO PAGAMENTO

3. O vencedor da presente Concorrência pagará à Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) de forma



Estado de São Paulo





mensal, até o décimo dia útil de cada mês, a título de aluguel pela <u>Exploração do "Boxe – Cantina do Terminal Rodoviário"</u> (destinado à comercialização de produtos gastronômicos) situado na Rua Engenheiro Mário Stefani, nº 751, na cidade de Pedrinhas Paulista.

- 3.1. O valor ofertado a título de "Adesão" deverá ser depositado pelo vencedor da licitação em uma conta bancária em nome da Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, específica para este fim, até a data limite para assinatura do contrato, sendo que, o contrato só será firmado após a apresentação do comprovante de depósito do valor de "Adesão".
- 3.1.1. Caso não ocorra o depósito em tempo hábil, será desclassificada a proposta e convocado o licitante classificado em segundo lugar.
- 3.2. O valor depositado a titulo de "Adesão" ficará disponível, para cobrir eventuais danos causados ao patrimônio público; para eventuais multas contratuais, e outros contratempos derivados do contrato firmado entre as partes, salvo culpa de terceiro.
- 3.2.1. Caso não haja nenhum tipo de contratempo referente ao contrato, o valor depositado a título de "Adesão" será devolvido ao licitante após o término do contrato, devidamente corrigido, salvo em caso de renovação do contrato.

IV - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

4. A Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, fornecerá, por intermédio do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal da Administração, localizado à Rua Pietro Maschietto, nº 125, de Segunda a Sexta-Feira, das 9h00 às 15h30, quaisquer informações referentes a presente licitação ou também pelo telefone (0xx18) 3375 – 9090.

V - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5. Os envelopes n. 01 "HABILITAÇÃO" e n. 02 "PROPOSTA" serão recebidos no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal da Administração, até o dia **12 de novembro de 2018, até as 10h00**, os quais deverão estar fechados, lacrados e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE N. 01 "HABILITAÇÃO" CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2018 PROCESSO Nº. 3051/2018. MUNICÍPIO: PEDRINHAS PAULISTA – SP.

ENVELOPE N. 02 "PROPOSTA" CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 04/2018 PROCESSO Nº. 3051/2018. MUNICÍPIO: PEDRINHAS PAULISTA – SP.



Estado de São Paulo





VI – DA ABERTURA DOS ENVELOPES N. 01 "HABILITAÇÃO" E N. 02 "PROPOSTA"

6. Os envelopes n. 01, contendo os documentos relativos à "HABILITAÇÃO", serão abertos em ato público, no dia **12 de novembro de 2018 às 10h00**, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua Pietro Maschietto, n. 125, na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, e estando presentes todos os licitantes ou seus representantes legais, e se não houver nenhuma impugnação na fase de habilitação, os envelopes n. 02, contendo as "PROPOSTAS", serão abertos no mesmo dia e local, em ato contínuo. O julgamento das propostas será publicado em data oportuna, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, em coluna específica.

VII - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7. Os interessados em participar da presente licitação, deverão apresentar os seguintes documentos, na data de abertura da presente licitação:

7.1. SE PESSOA JURIDICA

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA; II – REGULARIDADE FISCAL; III – CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

7.1.1. A documentação relativa à Habilitação Pessoa Jurídica, consistirá em:

- a) cópia devidamente autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia devidamente autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) cópia devidamente autenticada da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) cópia devidamente autenticada do decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.2. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:
- <u>a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da</u> Fazenda (CNPJ):



Estado de São Paulo





- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c2) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários, expedida pela Procuradoria Geral do Estado;
- c3) Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT **ou** Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- f). Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração (Anexo IV), que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, no entanto verificado a ausência da declaração, a empresa não gozará dos benefícios elencados no item III.
- g) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal (Anexo IV).
- 7.1.4. Os documentos solicitados para participação no certame deverão ser apresentados, no original, em cópias reprográficas autenticadas, ou se cópias sem autenticação, ser apresentadas acompanhadas do original.

7.2. SE PESSOA FÍSICA

7.2.1. A documentação relativa à Habilitação Pessoa Física, consistirá em:

- a) Cópia devidamente autenticada da cédula de identidade;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) devidamente autenticada:
- c) Cópia devidamente autenticada de comprovante de endereço;



Estado de São Paulo





- d) Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou positiva com efeito de negativa;
- e) Certidão negativa de execução fiscal em nome do licitante (pessoa física), perante a Comarca de Maracaí, ou perante a Comarca em que estiver residindo;
- f) Certidão negativa criminal em nome do licitante (pessoa física), perante a Comarca de Maracaí, ou perante a Comarca em que estiver residindo;
- g) Certidão negativa de débitos Municipais, ou positiva com efeito de negativa.

Obs: Caso a proposta mais vantajosa seja apresentada por Pessoa Física, este estará obrigado a apresentar em um prazo máximo de 30 dias, a contar data de publicação da Adjudicação e Homologação de referido Certame, o Requerimento de Empresário, no caso de empresa individual ou Contrato Social no caso de Sociedade Constituída, devidamente Cadastrada nos Órgãos Competentes, acompanhado dos documentos exigidos no item 7.1.2. alíneas "a, b, c, d, e, f, g ", devidamente regularizadas;

A assinatura do Contrato de exploração do presente objeto desta Concorrência Publica, neste caso, fica consignado à apresentação dos documentos de Constituição de Empresa, acima descritos.

VIII - DAS SANÇÕES

8. O descumprimento pelo licitante da proposta que lhe for adjudicada acarretará as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e de suas posteriores alterações.

IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9. Dos atos da Administração Municipal, decorrentes da presente licitação, cabem:
- I recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação:
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- II representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;
- 9.1. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a"; "b" e "c" do artigo 109, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



Estado de São Paulo





- 9.2. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I, do artigo 109, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 9.3. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 9.5. Nenhum prazo de recurso ou representação se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.
- 9.6. Para maiores esclarecimentos, os recursos deverão ser protocolados dentro do prazo legal, no Setor de Protocolo, na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua Pietro Maschietto, n. 125 Centro Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.

X - DAS PROPOSTAS

- 10. As propostas deverão ser entregues em envelopes devidamente fechados, com os dizeres na sua parte externa: Concorrência Pública nº 04/2018.
- 10.1. As propostas deverão ser preenchidas em sistema eletrônico, sem emendas ou rasuras.
- 10.2. Deverão constar das propostas os seguintes dados:
- a) Valor total, em moeda corrente brasileira, grafada em algarismos e por extenso.

OBSERVAÇÃO: A proposta mínima a ser ofertada em forma de "Adesão", deverá ser de: "Boxe – Cantina do Terminal Rodoviário" – R\$ 300,00 (Trezentos reais).

- b) Prazo de Validade da proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias.
- c) Declaração de estar de acordo com todos os termos do presente Edital.

XI - DO JULGAMENTO

11. Esta Concorrência Pública será julgada pela Comissão Julgadora de Licitações, desta Prefeitura Municipal, analisando-se todas as condições solicitadas e ofertadas, tendo-se por critério, o **maior lance**.



Estado de São Paulo





- 11.1. Serão considerados habilitados os proponentes que comprovarem devidamente sua qualificação, conforme já estipulado no presente Edital, inabilitados os demais, cabendo à Comissão Julgadora de Licitações, julgarem qualquer possível recurso interposto.
- 11.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.
- 11.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital.

XII – DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12. A Adjudicação e Homologação da presente licitação serão feitas pela Prefeita Municipal.

XIII – DAS PROIBIÇÕES A EXPLORAÇÃO DO PRÉDIO

- 13. O vencedor da presente Concorrência fica **proibido de estabelecer ou explorar qualquer tipo de jogo de azar**, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.
- 13.1 Consideram-se jogos de azar:
- a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;
- b) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva, sendo: Cara ou coroa; Bingo; Dados; Jogos de baralho; Loteria; Pedra, Papel, Tesoura; Rifa; Roleta; Super Trunfo; Caça-níqueis; Casino; Bilhar; Jogo do Bicho, entre outros.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14. A Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, se reserva do direito de cancelar a presente Concorrência Pública, no todo ou em parte, a seu inteiro Juízo, sem que caibam aos interessados, indenizações ou reclamações de qualquer natureza.
- 14.1 O lance mínimo não poderá ser inferior ao valor da avaliação, constante do preâmbulo deste Edital.
- 14.2. A simples oferta de lance implica na aceitação expressa pelo ofertante, de todas as condições estabelecidas neste Edital.
- 14.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, subjetivo ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.



Estado de São Paulo





- 14.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na proposta, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.
- 14.5. O Edital completo está à disposição dos interessados, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, sito à Rua Pietro Maschietto, n. 125, Centro, Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, no horário das 9hs00 às 15hs30.
- 14.6. Integram o presente Edital:
- 14.6.1. Anexo I Memorial descritivo;
- 14.6.2. Anexo II Modelo de Proposta;
- 14.6.3. Anexo III Minuta de Contrato;
- 14.6.4. Anexo IV Modelo das Declarações necessárias.
- 14.6.5. Anexo V Termo de Ciência e Notificação

XV - DO FORO COMPETENTE

15. Fica eleito o Foro da Comarca de Maracai, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente processo, com exclusão de qualquer outro, caso não sejam sanadas por esta Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista.

Pedrinhas Paulista, em 09 de outubro de 2018.

SERGIO FORNASIER PREFEITO MUNICIPAL



Estado de São Paulo





Anexo I - MEMORIAL DESCRITIVO

BOXE CANTINA - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL

Local: Rua Engenheiro Mário Stefani, nº 751

Área de Uso Privado: 14,69 m² Área Coberta: 466,62 m²

Imóvel situado na Rua Engenheiro Mário Stefani, nº 751, destinado ao embarque e desembarque de passageiros, contendo um Boxe reservado para instalação de uma cantina de comercialização de produtos gastronômicos, assim descrito:

- com uma área de 14,69 m²;
- construído em alvenaria de tijolos;
- laje em concreto;
- todo revestido com reboco de argamassa mista e barrado de 1,70m de altura em cerâmica:
- piso também em cerâmica;
- abertura para vendas com uma porta metálica de enrolar (2,50 x 1,30m);
- Um balcão de granito de 2,50x0,60m;
- Uma pia em granito de 2,80x0,65 com cuba de 55x32x10cm em inox e torneira do tipo bica móvel:
- uma caixa de gordura em plástico de 40x40cm com tampa parafusada.

Instalações elétricas: De acordo com as normas da concessionária local, com circuito para duas calhas com lâmpadas fluorescentes e outro circuito para 4 tomadas de 10A e 1 tomada de 20A.

Remo Di Nallo Arquiteto- CAU A100516-2









ANEXO II – Proposta Comercial

Processo nº 3051/2018 - Concorrência nº 04/2018

Objeto: Exploração do prédio:

Itens	Quant	Unidade	Prédio	Valor de Adesão
01	01	Unid	BOXE "Cantina – Terminal Rodoviário": Terminal Rodoviário de Pedrinhas Paulista Local: Rua Engenheiro Mário Stefani, nº 751; Área de Uso Privado: 14,69 m² Área Coberta: 466,62 m²	

Condição de pagamento: conforme Cláusula III do	o Edital de chamament	0.
Validade da Proposta: 60 dias Declaro estar de acordo com todos os termos do	referido edital.	
	, de	de 2018.
Assinatur carimbo da En		



Estado de São Paulo





Anexo III - MINUTA TERMO DE CONTRATO/2018. Processo n/2018. Concorrência Pública n/2018.					
"TERMO DE CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DO PRÉDIO SITUADO NA					
Pelo presente instrumento de Contrato administrativo, de a exploração do prédio situado na					
CLAUSULA PRIMEIRA					
1. O presente Contrato Administrativo é regido pela Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n. 8.883/94, de 08 de junho de 1994; Lei Federal n. 9.032/95, de 28 de Abril de 1995; Lei Federal n. 9.648/98, de 27 de Maio de 1998; Lei Federal n. 9.854/99, de 27 de Outubro de 1999; Portaria nº 003/2018 de 12/01/2018, Lei Municipal n. 919 de 04 de novembro de 2011 bem como pelas demais legislações de Direito Administrativos aplicáveis à espécie, fazendo ainda parte integrante e inseparável deste instrumento, o Processo Licitatório Modalidade Concorrência Pública n/2018.					

11/17

CLAUSULA SEGUNDA



Estado de São Paulo





2. Pelo presente instrumento, fica o CEDIDO autorizado a explorar o boxe denominado "" do prédio situado na, nº, na cidade de Pedrinhas Paulista, com a finalidade de, possuindo uma área de área de uso privado: m² e área de uso comum: m², pelo período de 12 meses.
CLAUSULA TERCEIRA
3. Para atender unicamente aos termos da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e de suas posteriores alterações, fica estabelecido o valor global estimado deste Contrato em R\$ (), sem que haja qualquer reajuste, realinhamento ou alteração, durante a vigência deste Contrato.
CLAUSULA QUARTA
4. O CEDIDO pagará à Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, sem que haja qualquer reajuste, realinhamento ou alteração, o valor estabelecido na Clausula Terceira, mediante crédito em conta corrente específica, de titularidade da Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, mensalmente até ao décimo dia útil do mês, após a assinatura do presente instrumento de contrato.
CLAUSULA QUINTA
5. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura deste termo e poderá ser prorrogável por iguais períodos nos termos da Lei 8.666/93, com reajuste através do IGPM.
CLAUSULA SEXTA
6. Caberá ao (a) CEDIDO (a):
a) arcar com as despesas de luz, telefone.
b) ficará responsável pela manutenção, reforma e conservação do prédio e suas instalações (peças, mão-de-obra), bem como mantê-lo limpo e higienizado diariamente.
c) em caso de rescisão contratual o CEDIDO, deverá restituir o prédio no estado em que lhe foi entregue, inclusive com as contas de energia devidamente quitadas e em dia.
d) cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente, além de se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie, decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.
e) pagar e recolher todos os impostos, e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação.



Estado de São Paulo





- f) mobiliar a lanchonete com móveis padronizados quanto a tamanho, forma, cor e estrutura.
- g) não explorar qualquer tipo de jogo de azar, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.
- h) O CEDIDO que permanecer por mais de 10 (dez) dias sem atendimento ou fechado, terá seu contrato rescindido.

CLAUSULA SÉTIMA

- 7. Caberá à CEDENTE Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista:
- a) Entregar o prédio em perfeitas condições de uso, com toda infra-estrutura necessária, como água encanada, energia elétrica, esgoto.

CLAUSULA OITAVA

- 8. Considerar-se-á extinto o contrato nas seguintes hipóteses, sempre garantido ao CEDIDO o amplo direito de defesa:
- a) término do prazo de vigência contratual;
- b) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte do CEDIDO, nos termos que dispõe este contrato.
- c) rescisão amigável ou judicial, nos termos dos incisos II e III do artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e de suas posteriores alterações;
- d) anulação da licitação e do contrato a qualquer título;
- 8.1. § 1° O Contrato poderá, ainda, ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso ou interpelação judicial, assegurada à ampla defesa, nos casos de:
- a) transferência ou sub-contratação de seu objeto, no todo ou em parte, sem consentimento por escrito da CEDENTE:
- b) manifesta impossibilidade de cumprimento das obrigações oriundas deste Contrato.
- $8.2.\$ § 2° Eventual cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, desde que prévia e expressamente autorizada pela CEDENTE Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista.

CLAUSULA NONA

9. O CEDIDO não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância da CEDENTE.



Estado de São Paulo





CLAUSULA DÉCIMA				
10. O CEDIDO obriga-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.				
CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA				
11. As partes se obrigam ao fiel cumprimento de todas as clausulas estipuladas e das normas da Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.				
CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA				
12. O descumprimento de qualquer clausula deste contrato, ensejará o pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) de seu valor total, pela parte que lhe der causa.				
CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA				
13. Fica eleito o Foro da Comarca de Maracai, do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.				
E, por haverem acordados, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas clausulas do presente instrumento contratual, bem como a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, impresso somente em seu anverso, que vai devidamente assinado por ambas as partes e na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza o legal fim de direito.				
Pedrinhas Paulista, em de de 2018.				
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA PREFEITO MUNICIPAL CEDENTE				
EMPRESA CEDIDO				
TESTEMUNHAS:				



Estado de São Paulo





ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua nº (bairro), no município de, Estado de, inscrita no C.N.P.J. sob nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais,vem:
DECLARAR , para fins de participação no Processo Licitatório nº/2018 – Concorrência Pública nº/2018, sob as penas da Lei, que nos termos do §6°, do artigo nº. 27, da Lei nº. 6544/89, cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7°, da Constituição Federal.
Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.
,,de de 2018.
Razão Social da Empresa Nome do Responsável/Procurador Cargo do Responsável/Procurador Nº documento identidade



Estado de São Paulo





MODELO DE DECLARAÇÃO

lazão Social da Empresa), estabelecida a Rua nº (bairro), no município de, Estado de, scrita no C.N.P.J. sob nº, scrição Estadual nº, este ato representada por seu (sócio/procurador), no so de suas atribuições legais,vem:
ECLARAR, para fins de participação no Processo cia nº/2018, sob as penas da Lei, que a sobredita nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar 206, estando apta, portando, a exercer o direito de pate no procedimento licitatório, conforme disposição dital.
ECLARO, outrossim, que a empresa não está ento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC n.º
ra o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos
, de de 2018.
ão Social da Empresa o Responsável/Procurador o Responsável/Procurador locumento identidade



Estado de São Paulo





ANEXO V

(assinada pelos contratados no ato do contrato)

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO					
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA CONTRATADA: CONTRATO N°(DE ORIGEM): OBJETO: ADVOGADO(S): (*)					
Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima iden cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos o tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpo e o mais que couber.	e instrução os atos da o interesse,				
Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial o Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n° 709, de 14 de janeiro iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.	do Estado Paulo, de				
LOCAL e DATA:	_				
CONTRATANTE: Nome e cargo: E-mail institucional: E-mail pessoal: Assinatura:					
CONTRATADA: Nome e cargo: E-mail institucional: E-mail pessoal: Assinatura:					

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.